

**ENTRE O QUILOMBO E A UNIVERSIDADE: TRAJETÓRIA
INTELLECTUAL E RELIGIOSIDADE AFRO-BRASILEIRA NA
ANTROPOLOGIA**

— Entrevista com Maria de Lourdes Siqueira¹² —

***BETWEEN THE QUILOMBO AND THE UNIVERSITY: INTELLECTUAL
TRAJECTORY AND AFRO-BRAZILIAN RELIGIOSITY IN
ANTHROPOLOGY***

— *Interview with Maria de Lourdes Siqueira* —

ANA CAROLINE AMORIM OLIVEIRA

Professora Associada I do Curso de Ciências Humanas/Sociologia e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – PGCULT/UFMA.

Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo – USP.

ORCID: 0000-0002-9337-6335 | E-mail: oliveira.ana@ufma.com

JOÃO VITOR MEIRA DE MONTREUIL

Mestre em Cultura e Sociedade (PGCULT/UFMA), Bacharel em Direito (UNDB) e Advogado (OAB/MA).

ORCID: 0009-0004-3057-802X | E-mail: vitormontreuil@gmail.com

RESUMO

A presente entrevista com Maria de Lourdes Siqueira, antropóloga, professora aposentada da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e diretora do Bloco Afro Ilê Aiyê, aborda questões centrais relacionadas à sua trajetória intelectual, à pesquisa sobre religiões de matrizes africanas e afro-brasileiras e ao seu posicionamento teórico-político frente ao racismo institucional e à descolonização do saber antropológico. O diálogo foi conduzido por seis eixos temáticos: formação e percurso acadêmico; perseguição política durante a ditadura civil-militar; caminho para a Antropologia e experiência internacional; metodologia de pesquisa e produção de conhecimento sobre negritude; intersecções entre gênero, raça e religiosidade afro-brasileira. A entrevista foi realizada em 19 de agosto de 2024, em São Luís (MA), por ocasião da aula pública de abertura do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFMA (PGCULT/UFMA), constituindo-se como fonte primária qualificada para a análise da produção de conhecimento negro e das práticas decoloniais no campo das Ciências Humanas no Brasil.

Palavras-chave: Negritude; Antropologia; Religiões afro-brasileiras; Decolonialidade; Gênero e raça.

¹ Recebido em 05/03/2026. Aprovado em 18/04/2026.

²**Nota editorial:** Esta entrevista foi realizada ao final da aula pública de abertura da primeira turma do doutorado do PGCULT. O diálogo aqui publicado resulta da transcrição e edição do áudio original, com supressão de trechos de natureza estritamente circunstancial e adequação ao padrão culto da língua, mantendo-se as marcas de oralidade indispensáveis ao gênero.



ABSTRACT

This interview with Maria de Lourdes Siqueira, an anthropologist, retired professor at the Federal University of Bahia (UFBA), and director of the Afro cultural organization Ilê Aiyê, addresses key issues related to her intellectual trajectory, her research on African and Afro-Brazilian religious traditions, and her theoretical-political stance regarding institutional racism and the decolonization of anthropological knowledge. The dialogue was organized around six thematic axes: academic training and professional trajectory; political persecution during the Brazilian civil-military dictatorship; pathways into Anthropology and international experience; research methodology and the production of knowledge on Black identity; and the intersections of gender, race, and Afro-Brazilian religiosity. The interview was conducted on August 19, 2024, in São Luís, Maranhão, during the opening public lecture of the Doctoral Program in Culture and Society at the Federal University of Maranhão (PGCULT/UFMA). As such, it constitutes a qualified primary source for analyzing the production of Black knowledge and decolonial practices within the field of the Humanities in Brazil.

Keywords: Black Identity; Anthropology; Afro-Brazilian Religions; Decoloniality; Gender and Race.

"Eu sei o que é ser mulher. Sei o que é ser uma mulher preta. Sei o que é ser uma mulher preta e pobre. Conheço o sistema do Brasil, que é de exclusão e de esmagamento. A mulher negra é a pessoa que mais sofre nesse sistema."

Maria de Lourdes Siqueira

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A presente entrevista integra o campo dos estudos sobre negritude, descolonização do saber e cultura afro-brasileira, com enfoque nas trajetórias intelectuais de pesquisadoras negras no Brasil. A entrevistada, Maria de Lourdes Siqueira³, representa uma das vozes pioneiras da Antropologia negra no Brasil, comprometida com a pesquisa sobre terreiros de candomblé, com a formação de pesquisadoras e pesquisadores negros e com a denúncia das estruturas de exclusão racial persistentes no campo acadêmico.

³Maria de Lourdes Siqueira é professora aposentada da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde atuou no Departamento de Antropologia. Nascida em Codó (MA), graduou-se em Pedagogia pela UFMA (1964), especializou-se em Comunidades Latino-Americanas pela ONU/Centro Regional de Educação (1967) e em Ciências Sociais pela PUC-SP (1986). É doutora em Antropologia Social e Etnologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS-Paris, 1992), com tese orientada pelo Prof. Maurice Godelier, defendida com menção honrosa. Realizou pós-doutorado pela University of London — School of Oriental and African Studies (1998) e pela University of South Africa (2000). Pesquisadora das religiões de matrizes africanas e afro-brasileiras no Brasil, é diretora do Ilê Aiyê, bloco afro fundado em Salvador (BA), e Conselheira Perpétua da Fundação Casa Paulo Dias Adorno, em Cachoeira (BA). Integra o Conselho de Promoção da Igualdade Racial da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Sua trajetória atravessa a pedagogia, o Movimento de Educação de Base, a militância contra a ditadura civil-militar e uma produção intelectual comprometida com a negritude, a etnicidade e a decolonialidade.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma entrevista semiestruturada, realizada em 19 de agosto de 2024, em formato presencial, em São Luís (MA), por ocasião da aula pública de abertura do Doutorado do PGCULT/UFMA. A entrevista foi conduzida pela professora Ana Carolina Amorim Oliveirs e pelo egresso João Vitor Meira de Montrteuil, a partir de eixos temáticos previamente definidos. A escolha da entrevistada justifica-se pela sua singular contribuição à Antropologia brasileira: foi uma das primeiras pesquisadoras a realizar mapeamento sistemático de terreiros de candomblé na Bahia, orientou gerações de pesquisadoras e pesquisadores negros em período de profundo isolamento institucional e construiu sua trajetória acadêmica sem apoio de bolsas governamentais, por meio de redes solidárias transnacionais.

A relevância do diálogo reside, sobretudo, na possibilidade de acessar uma perspectiva encarnada sobre os processos de exclusão e resistência que marcam as Ciências Sociais no Brasil. A narrativa de Siqueira dialoga diretamente com os debates contemporâneos sobre decolonialidade, tal como formulados por Quijano (2005), Mignolo (2003) e Kilomba (2019), não como referência abstrata, mas como prática vivida. Sua atuação como diretora do Bloco Afro Ilê Aiyê e sua iniciação como Ekede de Xangô Aganjú no Ilê Axé Opô Aganjú reforçam a premissa de que, em sua trajetória, pesquisa e pertencimento são indissociáveis.

2. ENTREVISTA

Eixo I — Formação, origem e o caminho para a docência

Pergunta 1: Como a senhora descreve o percurso que a levou da sua origem no quilombo dos Matões dos Moreiras, em Codó (MA), até a formação como professora normalista e, posteriormente, ao ingresso no ensino superior?

Resposta: Eu nasci, de fato e de direito, no quilombo dos Matões dos Moreiras. Não foi de passagem. Minha mãe se casou com meu pai e foram morar lá — eram terras dos tios-avós dela, dos Moreira. Quando eu tinha cinco anos, filha única, minha mãe chamou a irmã mais velha do meu pai, minha tia Maria Izabel Siqueira, e pediu que ela me levasse para a casa onde ela própria havia sido educada. Nessa casa viveu a professora Filomena Catarina Moreira, a primeira professora diplomada da cidade de Codó, e ela era negra. Filha de uma mulher africana escravizada, a dona Calu, que teve uma filha com o irmão da sinhazinha de quem cuidava. A família obrigou o pai a colocá-la para estudar, e ela se formou professora normalista. Quando o superintendente de Codó foi a São Luís procurar uma professora, indicaram essa moça que acabara de se formar.

Fiz o primário completo nessa casa. Quando terminei, Codó não tinha ginásio. Minha mãe escreveu uma carta à minha madrinha em São Luís, pedindo que me recebesse. Fui morar com ela dos onze aos dezenove anos. Fiz o Ginásio Normal no Instituto de Educação. Quando terminei o Normal, voltei para Codó e trabalhei três anos como professora. Minha mãe tomou novamente a iniciativa: eu devia retornar a São Luís para continuar os estudos. Fiz o vestibular para Pedagogia e fui classificada em terceiro lugar. Estudei no Palácio Cristo Rei, onde funcionava a Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Maranhão, a FAFI. Meu destino era ser professora, e foi o que segui.

Pergunta 2: Como se deu a articulação entre a sua formação em Pedagogia e a sua atuação no Movimento de Educação de Base (MEB), e em que medida essa experiência foi determinante para o seu posicionamento político e intelectual?

Resposta: Da Pedagogia fui trabalhar no Movimento de Educação de Base, que era um convênio entre o Ministério da Educação e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, cujo objetivo era a formação de lideranças camponesas. Trabalhei muito ali. Era anterior à Teologia da Libertação, mas é certo que o Partido dos Trabalhadores se estruturou, em parte, a partir desses movimentos sociais que incluíam grupos sindicais, camponeses, operários e estudantes. Foi por esse trabalho com as bases que formamos Manoel da Conceição, o grande líder camponês. Nesse contexto, o INCRA me convidou para integrar a equipe técnica nacional, no Rio de Janeiro, e foi assim que me envolvi mais profundamente com as questões que viriam a determinar o rumo de toda a minha vida.

Eixo II — A ditadura civil-militar: prisão, tortura e reconstrução

Pergunta 3: A senhora viveu o período da ditadura civil-militar de forma direta e brutal. Como foi essa experiência, e de que maneira ela marcou a sua trajetória pessoal e intelectual?

Resposta: Quando já estava trabalhando na equipe técnica do INCRA no Rio de Janeiro e lecionava Sociologia em Duque de Caxias, veio a ditadura. Estávamos em 1964. Eu me envolvi muito seriamente com as questões revolucionárias e acabei numa prisão, pela ditadura. Fiquei nove meses dividida entre o DOI-CODI, o campo de Gericinó, o Batalhão de Carros de Combate e Bom Sucesso, no Rio de Janeiro. Com isso, perdi meus dois empregos. Perdi tudo, literalmente tudo.

Como já morava no Rio, havia chamado minha mãe para viver comigo. Por conta do meu envolvimento político, prenderam minha mãe também. Com a ajuda de uma família amiga, conseguiram levá-la de volta para Codó. Eu estava a serviço do INCRA em Pernambuco quando a Polícia Política foi me prender lá. Minha mãe e eu nunca tratamos do assunto...

Fiquei quatro meses completamente incomunicável, de fevereiro a junho. Minha família estava no Maranhão; a maioria dos meus amigos no Rio era ligada a questões políticas. Entrei na Vila Militar no dia 6 de fevereiro. O aniversário da minha mãe é dia 7 de junho. Quando faltavam dias para completar os quatro meses, pedi ao sargento do dia que me permitisse falar com o coronel. O coronel me mandou o Capitão Tovar. Expliquei que era do Maranhão, que havia trazido minha mãe para ficar comigo, que fui presa e não tinha qualquer notícia: não sabia se minha mãe estava viva, não sabia onde ela estava. Minha mãe, por sua vez, não sabia se eu estava viva.

O coronel respondeu que eu indicasse o nome de uma pessoa de minha confiança, que ele avaliaria. Indiquei uma colega do INCRA que tinha ligação com o Dr. Osvaldo Mendonça, um dos maiores advogados do Rio de Janeiro para presos políticos naquele tempo. Às 15h eu havia feito o pedido; às 9h da manhã do dia seguinte, ela entrou no quartel com o Dr. Osvaldo Mendonça. Aí minha vida começou a mudar. Ele pediu habeas corpus para mim. Eu estava lá como se não existisse: tinha casa e comida, mas ninguém sabia onde eu estava, e eu não recebia visita nenhuma. Fiquei do dia 6 de fevereiro até o dia 19 de novembro, quando saí com habeas corpus.

No dia em que eu devia sair, o coronel me chamou e disse: 'se eu fosse você, ficaria esperando seu julgamento aqui no quartel. Você perdeu seus empregos, não tem a confiança do governo, não tem família aqui... e aqui você tem casa e comida.' Dentro da lógica dele, ele não estava errado. Mesmo assim, mantive minha alegria de sair. Esperei o dia inteiro. Havia um sargento negro que até dançou para me animar. No finalzinho da tarde chegou a moça que me visitava dizendo que não havia conseguido um lugar para me levar, porque todos os amigos estavam implicados com a ditadura.

Saí da prisão e fui para um hotel dormir sozinha. Digo sempre, para mim mesma, que não sei se foi mais difícil a noite em que fui presa e torturada ou a noite que passei sozinha naquele hotel, com medo do que poderia acontecer. O comandante ainda havia me dito: 'sua liberdade condicional foi votada por quatro a três, e não por unanimidade.' Ficava pensando: o que pode ser essa “não unanimidade”?

Eixo III — O caminho para a Antropologia e a experiência internacional

Pergunta 4: Como foi o processo que a conduziu da Pedagogia e da Educação de Base à Antropologia, e de que maneira se construiu a sua trajetória acadêmica internacional?

Resposta: Quando já estava terminando a Pedagogia e dando aulas, trabalhando no INCRA, conheci pessoas que estudavam Antropologia na PUC-São Paulo e que eram amigas do professor Edgar de Assis Carvalho, um dos grandes nomes da Antropologia naquela instituição. Fiz o concurso para a PUC, fui selecionada e fui morar em São Paulo, o que não foi fácil. São Paulo é uma cidade realmente difícil... Uma vez passei uma noite inteira dentro de um ônibus porque não tinha onde dormir naquela cidade. Fiz o curso de Antropologia com o professor Edgar e foi uma época muito formativa.

Nesse período, Maurice Godelier veio ao Brasil fazer uma pesquisa e se encontrou com um amigo meu, François Marie de l'Espinay, que o levou à minha casa. Godelier viu o livro dele todo riscado, com minhas anotações. Então disse ao meu amigo: 'Diga para ela que, quando quiser fazer o doutorado na França, eu a recebo.' Fui, com a cara e a coragem. Sem bolsa. O governo brasileiro nunca me concedeu uma bolsa.

Cheguei à França por meio de solidariedades. Uma grande amiga de François me pagou, durante um ano, um salário mínimo francês. Outra amiga, professora da Universidade Paris-América Latina, Helê Riviere d'Arc, me alugou um apartamento próximo à École des Hautes Études em Sciences Sociales. Quando precisei sair desse apartamento, tive dificuldades sérias de moradia, até que uma enfermeira chamada Juliette falou com a diretora do alojamento das enfermeiras, e lá me instalei por um ano. Foi no alojamento das enfermeiras que terminei minha tese de doutorado.

No dia da defesa, o táxi que pedimos não chegou. Juliette e sua sobrinha me deram instruções precisas de trem e ônibus. Lembro de atravessar correndo até a École, encontrar uma amiga brasileira no elevador, Glória Ferreira, e entrar com ela no salão já cheio de pessoas, incluindo a Banca Examinadora: o Professor Maurice Godelier, a Professora Kátia Mattoso, a Professora Marion Aubrey e o Professor Pierre Olivier de Sardan. Quando a professora Kátia Mattoso pronunciou 'Professora Maria de Lourdes Siqueira, a senhora está recebendo o seu título de doutora com menção honrosa', quase desmaiei.

Pergunta 5: De que maneira a sua relação com Pierre Verger e com o candomblé se articulou ao percurso que a levou à Bahia e, posteriormente, ao tema central da sua pesquisa de doutorado?

Resposta: Esse caminho também passa pelo mesmo amigo François de l'Espinay, que era amigo de Pierre Verger. Nos conhecemos na Igreja do bairro de Fátima, em São Luís. Foi

Verger quem me levou ao Candomblé do Ilê Axé Opô Aganjú, do Babalorixá Balbino Daniel de Paulo. Comecei a frequentar aquela casa e, em 1975, na festa de Yamassê, fui 'suspensa' Ekede, sendo depois confirmada ekede de Xangô Aganjú. A pessoa que recebeu a minha consagração foi o professor Júlio Braga, Mogbá do Terreiro Ilê Axé Opô Aganjú. Foi junto dele que fiz meu juramento à Oxum.

Foi Verger também quem deu o nome à minha tese: Agô Agô Lonã, 'com licença para entrar neste caminho'. Tenho as anotações com a letra dele. Esse pertencimento ao terreiro não era separado da pesquisa: era de dentro que eu via, ouvia, conversava, compreendia. Chegar ao campo da Antropologia, para mim, foi um ato de recomposição identitária e intelectual ao mesmo tempo.

Eixo IV — Metodologia de pesquisa e formação de pesquisadoras negras

Pergunta 6: Como a senhora descreve a metodologia que orientou seu mapeamento dos terreiros de candomblé na Bahia, e qual foi a relevância desse levantamento para o campo dos Estudos Afro-Brasileiros?

Resposta: Quando cheguei à Bahia, saindo da questão da prisão, sem emprego, sem nada, comecei a frequentar o Terreiro do Babalorixá Balbino Daniel de Paula. Ali eu vi muita coisa, ouvi muita coisa, conversei com muita gente. Sempre tive interesse por conhecer mais de perto a negritude, a cultura negra, as religiões africanas e afro-brasileiras. Foi assim que comecei a trabalhar.

Nos idos dos anos 1980, levantei e estudei 186 terreiros antigos em Salvador. Duas pessoas foram fundamentais nesse processo: Jane Santana, hoje minha comadre, e Alberico, militante do movimento negro, vinculado a terreiros de candomblé por sua família. Esse levantamento está todo organizado em tabelas. Há um capítulo que chamo de 'Gente de Terreiro', identificando quem eram essas pessoas, o que faziam, de que viviam, por que entraram no Candomblé. Era um censo qualificado. O que os dados revelavam era que as pessoas de terreiro eram, em sua grande maioria, mulheres, negras, de periferia e pobres. A partir disso, estabeleci quatro razões pelas quais as pessoas ingressavam no Candomblé: herança familiar; questões de saúde; busca por emprego e trabalho; e questões afetivas. Fui aprofundando esses dados com estudos, leituras e orientações, e isso compôs a base da minha tese.

Pergunta 7: A senhora orientou uma geração expressiva de pesquisadoras e pesquisadores negros. Em que medida essa atuação como formadora foi também uma forma de resistência institucional?

Resposta: Quando retornei da França para a Bahia, recebi um telegrama informando que uma aluna havia sido aprovada para o doutorado, mas estava sem orientador, porque não havia ninguém trabalhando com questões de matrizes africanas naquele tempo. Aceitei orientá-la. Depois, outras mestrandas que haviam perdido seus orientadores vieram me procurar. Entrei nesse caminho de formar pessoas negras. Eram quase todas mulheres. Há apenas um homem, o Elias Lins Guimarães. Essas pesquisadoras e pesquisadores, hoje, estão todos com doutorado e atuam em universidades públicas: Nanci Helena é diretora da Faculdade de Educação da UFBA; Amélia, Josiane e outras estão na federal; Durvalina e Ana Célia, na estadual da Bahia.

Sempre tive muito cuidado com a formação deles em termos de bibliografias, estudos e reflexões. Naquele tempo eu já trabalhava com autores africanos. Conheci um professor costarriquense chamado Quince Duncan, que escreveu sobre conhecimentos africanos. Minhas alunas já falavam de cultura africana, de história da África, de autores africanos, quando isso ainda não era corrente. O departamento de Antropologia nunca me facilitou a vida. Eles se sentiam donos de negros e índios. Uma vez subi em uma cadeira durante uma reunião em que todos discordavam de tudo. Fiquei em pé e disse: 'você podem discordar do que quiserem, mas só tem uma coisa em mim de que não podem discordar: da minha competência.'

Eixo V — Gênero, raça e o legado de Lélia Gonzalez

Pergunta 8: Em que medida as categorias de gênero e raça articulam-se na sua trajetória e na sua produção acadêmica, e como a senhora avalia a contribuição de Lélia Gonzalez para esse campo?

Resposta: Não me apresento como especialista em decolonialidade nem em gênero. Mas as questões relacionadas às mulheres são sempre prioridade entre os meus estudos. Eu sei o que é ser mulher. Sei o que é ser uma mulher preta. Sei o que é ser uma mulher preta e pobre. Conheço o sistema do Brasil, que é de exclusão e de esmagamento. A mulher negra é a pessoa que mais sofre nesse sistema. Fazemos uma hierarquização clara: homem branco, mulher branca, homem negro, mulher negra. É assim.

Lélia Gonzalez foi uma militante negra, intelectual e ativista de primeira grandeza, que privilegiou a questão da feminilidade negra. As feministas brancas não sofreram a questão racial. Isso não era nem mesmo uma questão para elas. Lélia abriu esse caminho para os estudos, as pesquisas e o reconhecimento. Ela foi uma decolonial plena. Um termo que surge depois e ela já estava fazendo isso, na prática, muito antes.

Pergunta 9: Como a senhora analisa os avanços e os limites do processo de descolonização da Antropologia brasileira no período atual, considerando tanto as transformações institucionais quanto as resistências persistentes?

Resposta: A Antropologia é a ciência que está chegando mais perto da negritude, da etnicidade negra, dos pesquisadores africanos, sem deixar de reconhecer fortes limitações em todos os níveis. Quando me perguntam se as coisas já mudaram, eu digo: não mudaram ainda. Têm portas mais abertas. Esta conferência de hoje, o convite para fazer a aula de abertura de um doutorado em uma universidade pública federal reconhecida com programa avaliado pela CAPES, isso são portas que estão se abrindo. O que não significa que a situação esteja resolvida. Ainda há muito racismo, muitas discriminações e muita desigualdade.

Quando digo que não sou especialista em decolonialidade, é porque, talvez, no meu tempo de pesquisar, ralar e estudar, o conceito ainda não estava em circulação. Mas o que sempre trabalhei foi exatamente isso: 'racismo não!', 'discriminação da mulher, não!'. Estudar o lado positivo das civilizações africanas, incluindo as religiões africanas; reconhecer e lutar contra o racismo. Para mim, isso é uma postura decolonial. É orgânico. Eu era decolonial antes de o termo tornar-se academicamente consagrado.

Eixo VI — Pertencimento religioso e produção do conhecimento

Pergunta 10: Como a senhora compreende a relação entre o seu pertencimento ao candomblé, como Ekede de Xangô Aganjú e diretora do Ilê Aiyê, e a sua prática intelectual e acadêmica? Em que medida essa dimensão constitui uma epistemologia própria?

Resposta: Esse caminho é um caminho norte na minha vida. Por um lado, a intelectualidade é uma busca: eu acredito que, pela intelectualidade, posso facilitar os caminhos de pessoas negras dentro da universidade. Essa universidade ocidental, europeia, ainda é um caminho que temos oficializado. Meu interesse não é negá-la: é negar o que ela tem de defeituoso, os cientistas racistas, aqueles que negam a realidade das civilizações tradicionais africanas, que negam os valores da intelectualidade e da competência negra, aquilo que Grada Kilomba sintetiza quando diz que o que nós fazemos é acientífico. A grande luta nossa é incluir na universidade os conhecimentos da negritude, do africanismo, das civilizações tradicionais e africanas. É o trabalho de Kabengele Munanga, Cheikh Anta Diop, Frantz Fanon, Joseph Ki-Zerbo.

Sou diretora do Ilê Aiyê. Em muitos lugares sou muito mais reconhecida como diretora do Ilê Aiyê do que como antropóloga, doutora ou professora universitária. Dona Hilda, mãe espiritual do Ilê, me disse uma vez: 'quando você e a professora Arany chegaram aqui, vocês já

tenham os saberes de vocês, mas o Ilê foi uma vitrine.' Sou conselheira perpétua da Fundação Casa Paulo Dias Adorno, em Cachoeira, uma instituição que luta contra exploração, contra colonialismo, contra o desrespeito às mulheres e aos homens negros. Pesquisa e pertencimento, para mim, nunca foram coisas separadas.

3. NOTAS

1. O Movimento de Educação de Base (MEB) foi criado em 1961, por meio de convênio entre o governo federal e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com foco na alfabetização e formação política de trabalhadores rurais. Para uma análise do MEB no contexto dos movimentos sociais pré-1964, ver: WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *Educar para transformar*. Petrópolis: Vozes, 1984.

2. Sobre a trajetória e a obra de Pierre Fatumbi Verger, ver: VERGER, Pierre. *Orixás: deuses iorubás na África e no Novo Mundo*. Salvador: Corrupio, 1981.

3. Sobre o conceito de decolonialidade e sua relação com a produção de conhecimento, ver: QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber*. Buenos Aires: CLACSO, 2005; MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/Projetos globais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

4. Para a abordagem de Grada Kilomba sobre racismo e epistemologia, ver: KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

REFERÊNCIAS

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SIQUEIRA, Maria de Lourdes. **AgôAgôLonã**. Salvador: EDUFBA, 1998.

VERGER, Pierre. **Orixás: deuses iorubás na África e no Novo Mundo**. Salvador: Corrupio, 1981.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Educar para transformar: educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base**. Petrópolis: Vozes, 1984.

4. DECLARAÇÃO ÉTICA

A entrevistada autorizou expressamente a gravação, a transcrição e a publicação do conteúdo desta entrevista, tendo revisado a versão final do texto. A entrevista foi conduzida com observância dos princípios éticos aplicáveis à pesquisa qualitativa em Ciências Sociais, respeitando a autonomia narrativa da entrevistada e preservando a integridade de seu discurso. A edição limitou-se à adequação ao registro escrito acadêmico, com supressão de vícios de oralidade excessivos, sem alteração do conteúdo ou do sentido das respostas.